



12.º Relatório Semestral de Acompanhamento

Plano de Saneamento Financeiro

1º semestre 2016



ÍNDICE

I.	Introdução.....	4
II.	Execução do Plano de Contenção de Despesa Corrente	5
	Recursos Humanos	5
	Aquisição de Bens e Serviços	7
III.	Execução da Receita.....	11
	Impostos Municipais.....	11
	Taxas e Licenças	12
	Venda de Bens e Serviços	12
IV.	Dados Financeiros	13
	Prazo Médio de Pagamentos.....	13
	Dívida do Município.....	13
V.	Conclusão.....	14

Índice de Quadros

Quadro 1 - Número de trabalhadores ao serviço no Município	5
Quadro 2 - Custos com pessoal	6
Quadro 3 - Horas extraordinárias e ajudas de custo	7
Quadro 4 - Despesa com energia elétrica edifícios e equipamentos públicos	8
Quadro 5 - Despesa com Iluminação Pública	8
Quadro 6 - Despesas com combustíveis	8
Quadro 7 - Despesas com Transportes	9
Quadro 8 - Despesas com Comunicações	9
Quadro 9 - Despesas com Seguros	10
Quadro 10 - Receita proveniente de Impostos Diretos	11
Quadro 11 - Receita proveniente de taxas, multas e outras penalidades	12
Quadro 12 - Receita proveniente de venda de bens e serviços	12
Quadro 13 - Composição da dívida do município a 30/06/2016	13



I. Introdução

O presente relatório visa dar cumprimento ao disposto no n.º 6 do artigo 59º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro que refere: “o acompanhamento do plano de saneamento cabe ao município, através da elaboração de relatórios semestrais sobre a execução do plano financeiro pela câmara municipal e da sua apreciação pela assembleia municipal.”

Assim, este relatório refere-se à execução semestral do período compreendido entre **1 de janeiro a 30 de junho de 2016** e apresenta a evolução das principais rubricas de despesa, de acordo com o compromisso assumido no plano de contenção da despesa corrente.

Efetivamente, o plano de saneamento financeiro inclui um plano de contenção de despesa corrente -com especial enfoque nas despesas com pessoal, redução de custos com fornecimentos e serviços externos e racionalização de encargos financeiros- e um plano de maximização da receita.

Metodologicamente, o relatório - sendo semestral - compara os dois primeiros semestres de 2015 e 2016 no que concerne a despesa paga e receita arrecadada, tendo por base os mapas de controlo orçamental da despesa e da receita.



II. Execução do Plano de Contenção de Despesa Corrente

Recursos Humanos

1. Trabalhadores do Município

No primeiro semestre de 2016 diminuiu o número de trabalhadores em exercício de funções, comparativamente com o primeiro semestre de 2015, passando de 139 trabalhadores existentes em 30 de junho de 2015 para 135 trabalhadores em 30 de junho de 2016.

O quadro n.º 1 mostra a composição e evolução do número de trabalhadores existentes em ambos os períodos.

Quadro 1 - Número de trabalhadores ao serviço no Município ¹

Categorias	30-06-2015	30-06-2016	Diferença
<i>Dirigentes</i>	4	4	0
<i>Assistentes Operacionais</i>	83	81	-2
<i>Assistentes Técnicos</i>	25	25	0
<i>Técnicos Superiores</i>	27	25	-2
Total	139	135	-4

Fonte: elaboração própria/Recursos Humanos

A diferença verificada encontra justificação nos seguintes factos:

- Mobilidade de dois técnicos superiores para os municípios de V. N. de Gaia e Amarante;
- Licença sem remuneração de um assistente operacional;
- Aposentação de um assistente operacional

¹ Relativo ao Mapa de Pessoal do Município



2. Custos com Pessoal

De acordo com a execução orçamental, os custos com pessoal diminuíram cerca de 7%, em relação ao período homólogo do ano anterior. Os motivos desta diminuição assentam, essencialmente, no pressuposto já verificado no relatório n.º 11.

“A razão associada a esta diminuição prende-se com o facto da despesa relacionada com Bolsas de Emprego, a exemplo de Programas Ocupacionais e Estágios Profissionais, deixar de ser considerada “despesas com pessoal”, em consequência da existência de uma Circular por parte da DGAL que esclarece que as despesas relativas à contratação de programas ocupacionais não constituem despesas com pessoal; antes, devem classificar-se como “Transferências para famílias”- rubrica 04080201. Por este motivo, procedeu-se à respetiva alteração procedimental”.

Quadro 2 - Custos com pessoal²

<i>Descrição</i>	<i>1.º semestre 2015</i>	<i>1.º semestre 2016</i>
<i>Custos com Pessoal</i>	1.401.392,67	1.301.670,94

(valor pago €)

Assim, se expurgarmos os custos registados em 2015 na rubrica “pessoal em qualquer outra situação - Estágios Profissionais/Bolsas de Emprego” a diferença entre os dois períodos é de 57 726,37 €, ou seja, o município baixou os seus custos efetivos com pessoal em 4%.

Ainda no que concerne a despesas com pessoal, o município regista, no primeiro semestre de 2016 a existência de contratos de avença (rubrica orçamental 010107) com sete trabalhadores em nome individual, nas seguintes áreas de contratação:

- Assessoria e Informação jurídicas
- Segurança, Saúde e Higiene e no Trabalho
- Arqueologia

² Não inclui valor do seguro, uma vez que esta despesa é tratada individualmente



- Nadador Salvador para a Piscina (dois contratos)
- Animação de Gabinete de Inserção Municipal
- Desenho de campo de estruturas arqueológicas, desenho CAD, processamento de amostras para análises de C14, de Antracologia e Paleocarpologia e outros trabalhos de apoio aos trabalhos arqueológicos a realizar no Crastoeiro.

Os respetivos custos ascendem a 9 644,64 €, o que representa um peso de 0,74% nos custos totais com pessoal.

3. Horas extraordinárias e ajudas de custo

No período em análise procedeu-se ao pagamento de ajudas de custo no valor de 1 204,40 € e de horas extraordinárias no valor de 433,72 €. Estas despesas representam um peso de 0,13% no total de despesas com pessoal.

Quadro 3 - Horas extraordinárias e ajudas de custo

<i>Descrição</i>	<i>1.º semestre 2015</i>	<i>1.º semestre 2016</i>
<i>Horas extraordinárias</i>	317,87	433,72
<i>Ajudas de custo</i>	1 008,49	1.204,40

(valor pago €)

Aquisição de Bens e Serviços

No que respeita à aquisição de bens e serviços, eis o comportamento das principais rubricas previstas no plano de saneamento financeiro:

1. Despesas com energia

No período em análise e comparativamente com o período homólogo anterior, o valor gasto em eletricidade com edifícios e equipamentos municipais regista uma diminuição de cerca de 4%.



Quadro 4 - Despesa com energia elétrica edifícios e equipamentos públicos

	1.º semestre de 2015	1.º semestre de 2016
<i>Energia elétrica</i>	79.700,86	76.806,21
		(valor pago €)

No que concerne à rubrica da iluminação pública, verifica-se um aumento de 20% em relação ao período homólogo do ano anterior. Contudo, os serviços constataram que o consumo de uma conta coletiva em Atei se apresentava muito acima da média de consumos verificados em períodos anteriores, pelo que apresentaram um pedido de esclarecimento/reclamação junto da EDP, na expectativa de que aquela fatura, no valor de 17 016,16 € contenha um erro de leitura e possa vir a gerar uma nota de crédito de igual montante.

Quadro 5 - Despesa com Iluminação Pública

	1.º semestre de 2015	1.º semestre de 2016
<i>Iluminação Pública</i>	111.622,43	133.718,96
		(valor pago €)

2. Despesas com combustíveis

O valor pago em combustíveis no primeiro semestre de 2016 foi inferior, em 16% ao verificado no período homólogo do ano anterior.

Quadro 6 - Despesas com combustíveis

	1.º semestre 2015	1.º semestre 2016
<i>Combustíveis</i>	53.291,74	44.613,00
		(valor pago €)

3. Despesas com transportes

Regista-se uma diminuição de 19% na despesa com transportes. Esta rubrica inclui o valor pago em portagens, transportes escolares contratados; passes escolares e subsídios de transporte pagos aos beneficiários de Programas Ocupacionais. O valor

registado neste semestre é inferior ao semestre homólogo do ano anterior e acompanha o valor registado no semestre anterior.

Quadro 7 - Despesas com Transportes

<i>Descrição</i>	<i>1.º semestre 2015</i>	<i>1.º semestre 2016</i>
<i>Transportes</i>	105.255,53	85.012,17 (valor pago €)

4. Despesas com comunicações

A despesa global com comunicações registada no primeiro semestre de 2016 diminuiu cerca de 3% em relação ao 1.º semestre de 2015. A sub rubrica que mais diminuiu foi a relativa a internet, em contraponto com a sub rubrica comunicações fixas que aumentou.

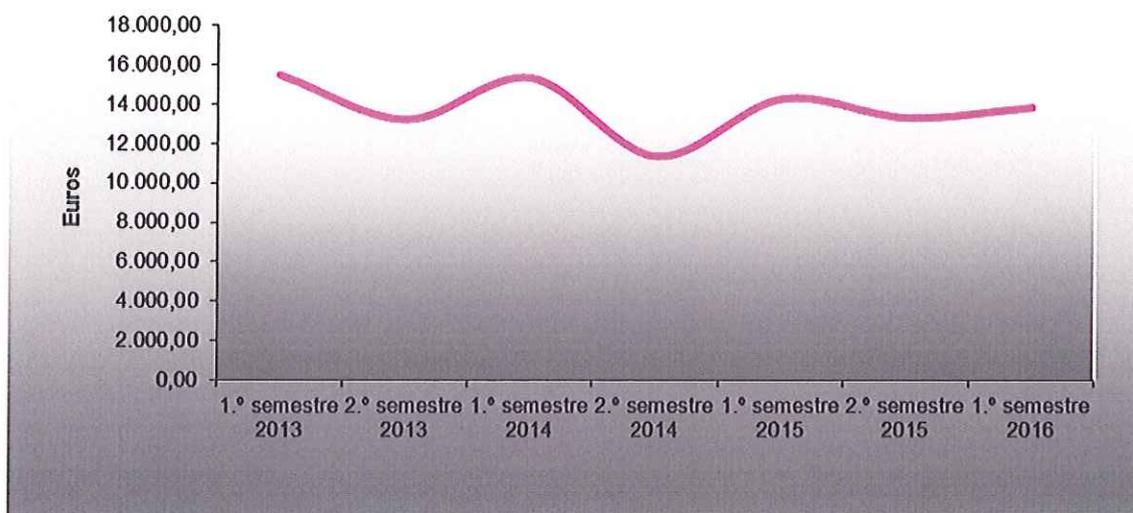
Quadro 8 - Despesas com Comunicações

	<i>1.º semestre 2015</i>	<i>1.º semestre 2016</i>	<i>Varição</i>
<i>Comunicações fixas PT</i>	2.841,92	3.994,29	41%
<i>Comunicações Moveis</i>	6.009,61	6.077,42	1%
<i>Serviços Postais</i>	3.676,86	3.229,89	-12%
<i>Internet</i>	1.739,76	525,70	-70%
<i>Total</i>	14.268,15	13.827,30	-3%

(valor pago €)

Para uma melhor perceção da evolução desta despesa, apresenta-se o gráfico n.º 1 que evidencia a tendência desde o 1.º semestre de 2013 até à atualidade.

Gráfico n.º 1 - Evolução das despesas com comunicações



5. Despesas com seguros

A despesa global com seguros diminuiu no período em análise cerca de 24%.

Esta rubrica, porém, convém ser analisada anualmente, porquanto a sua execução está fortemente dependente dos momentos de pagamento, uma vez que há apólices que se vencem mensalmente, outras trimestralmente e outras semestralmente.

Quadro 9 - Despesas com Seguros

	1.º semestre 2015	1.º semestre 2016
<i>Seguros Pessoal</i>	18.978,35	10.573,30
<i>Seguros edificios/ equipamentos</i>	16.569,32	16.506,40
Total	35.547,67	27.079,70

(valor pago €)

III. Execução da Receita

Impostos Municipais

1. Impostos Diretos

Todos os impostos diretos sofreram uma diminuição face ao período homólogo do ano anterior. No geral, registou-se uma diminuição de 22%, o que em termos absolutos significa uma perda de receita de 111 165,65 €.

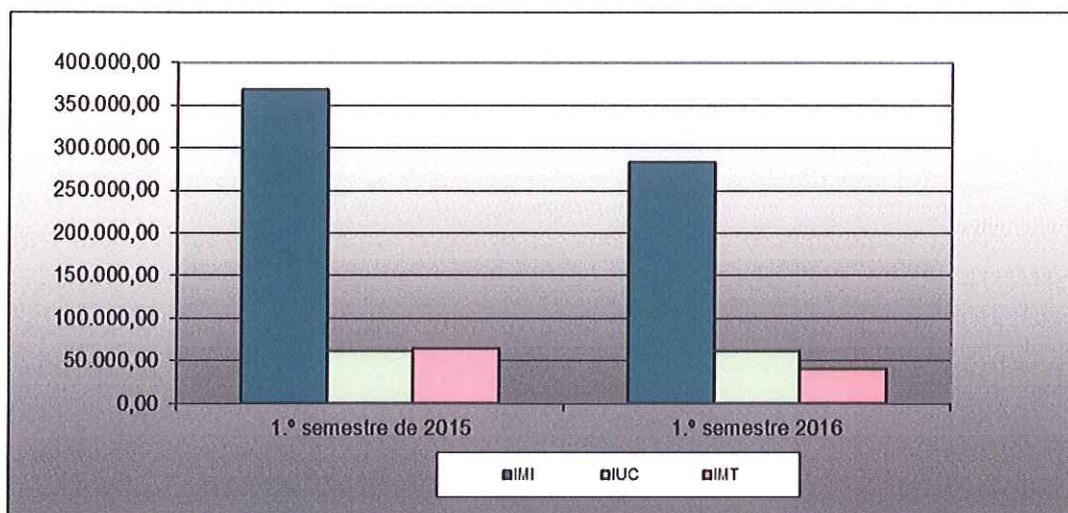
O IMI reduziu cerca de 23%, o IUC reduziu 1% e o IMT reduziu 38%, tal como evidencia o quadro e gráfico seguintes.

Quadro 10 - Receita proveniente de Impostos Diretos

<i>Impostos diretos</i>	<i>1.º semestre de 2015</i>	<i>1.º semestre 2016</i>
<i>IMI</i>	368.261,57	282.365,11
<i>IUC</i>	62.322,15	61.795,29
<i>IMT</i>	65.406,79	40.664,46
Total	495.990,51	384.824,86

(valor pago €)

Gráfico n.º 2 - Impostos Diretos



Fonte: elaboração própria



Taxas e Licenças

O valor arrecadado na rubrica “taxas, multas e outras penalidades” aumentou cerca de 31% face ao período homólogo.

Quadro 11 - Receita proveniente de taxas, multas e outras penalidades

	1.º semestre de 2015	1.º semestre 2016
Taxas, multas e outras penalidades	31.718,87 €	41.688,90 €
		(valor pago €)

Venda de Bens e Serviços

A receita proveniente da venda de bens e serviços aumentou apenas 2%. O quadro n.º 13 evidencia a evolução semestral das principais sub-rubricas de venda de bens e serviços do município.

Quadro 12 - Receita proveniente de venda de bens e serviços

Venda de bens e serviços	1.º semestre de 2015	1.º semestre 2016	Variação
Alimentação Escolar	20.452,29	17.640,24	-14%
Água	41.542,89	47.922,35	15%
Saneamento	10.103,11	10.482,52	4%
Resíduos Sólidos	57.654,59	55.917,63	-3%
Rendas	16.031,80	16.118,62	1%
Total	145.784,68	148.081,36	2%
			(valor arrecadado €)

IV. Dados Financeiros

Prazo Médio de Pagamentos

De acordo com os dados da DGAL (*Ficha do Município*), o prazo médio de pagamento do município no 1.º e 2º trimestre de 2016 foi de 8 dias.

Dívida do Município

O quadro n.º 13 ilustra a composição da dívida em 30/06/2016.

Quadro 13 - Composição da dívida do município a 30/06/2016

<i>Componentes de Dívida</i>	<i>30-06-2015</i>	<i>30-06-2016</i>	<i>Variação</i>
<i>Fornecedores C/c +Imobilizado+ outras dívidas de curto prazo</i>	67.880,47	19.647,64	-71%
<i>Empréstimos de curto prazo (valores a pagar no ano n+1)</i>	1.496.285,30	1.523.981,84	2%
<i>Sub- Total (Dívida de curto prazo)</i>	1.564.165,77	1.543.629,48	-1%
<i>Dívida de M/L prazo (empréstimos a pagar a partir do ano n+2)</i>	10.074.240,39	8.548.624,42	-15%
<i>Total da Dívida</i>	11.638.406,16	10.092.253,90	-13%

Fonte: Mapa "Outras Dívidas a terceiros"

A dívida de curto prazo importa em 1 543 629,48 €; a dívida de médio/longo prazo importa em 8 548624,42 €, sendo que a dívida total diminuiu 13% face ao período homólogo do ano anterior e cifra-se em 10 092 253,90 €.

Atendendo a que o valor do limite legal de dívida para o ano de 2016 do Município de Mondim de Basto se cifra em 10 377 142,64 €, verifica-se que, neste momento, o município já não se encontra na situação de incumprimento face ao referido limite.



V. Conclusão

Da análise à execução orçamental efetuada no âmbito do plano de saneamento financeiro do Município, destacam-se os seguintes aspetos (comparando os primeiros semestres de 2015 e 2016):

- Diminuição do número de trabalhadores ao serviço;
- Diminuição, em 7%, das despesas com pessoal;
- Aumento do valor pago em ajudas de custo e horas extraordinárias;
- Diminuição, em 4%, das despesas com energia elétrica relativa a equipamentos e edifícios Municipais;
- Aumento, em 20%, das despesas com iluminação pública;
- Diminuição das despesas com combustíveis;
- Diminuição, em 19%, das despesas com transportes;
- Diminuição, em 3%, das despesas com comunicações;
- Diminuição, em 24%, das despesas com seguros;
- Diminuição da dívida do município em 13%, cifrando-se em 10 092 253,90 €, à data de 30/06/2016,
- Diminuição da receita proveniente dos impostos diretos;
- Aumento da receita proveniente de taxas, multas e outras penalidades;
- Aumento da receita proveniente da venda de bens e serviços.